



6 a 8 de outubro de 2010 - Canela RS

XIII Encontro Nacional de Tecnologia
do Ambiente Construído

ADEQUAÇÃO DO PROJETO DE HABITAÇÃO RURAL AO PERFIL DE SEUS MORADORES EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE OCUPAÇÃO RECENTE. CASO DA COMUNIDADE 3/MST, DO ASSENTAMENTO SANTA MONICA- TERENOS/MS

**Mariana N. B. F. Coletti¹, Tauly M. T. Rezende², Andrea Naguissa Yuba³, Ana Paula da
S. Milani⁴**

- (1) Departamento de Estruturas e Construção Civil/CCET/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – e-mail: mari-coletti@hotmail.com
- (2) Departamento de Estruturas e Construção Civil/CCET/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – e-mail: tauly_mayara@hotmail.com
- (3) Departamento de Estruturas e Construção Civil/CCET/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – e-mail: naguissa@gmail.com
- (3) Departamento de Estruturas e Construção Civil/CCET/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – e-mail: anamilani@dec.ufms.br

RESUMO

A questão agrária no Brasil é um tema com muitos problemas e conflitos de diversas naturezas, inclusive em relação à produção de habitação. Além das questões relacionadas à disponibilização de recursos para esse fim, os projetos das habitações são questionáveis quanto à sua adequação ao perfil do campesino que, diferentemente do morador urbano, não segrega a casa do trabalho. É preciso considerar também que esse perfil tem se modificado e o morador de assentamentos rurais de ocupação recente hoje não é mais essencialmente rural, havendo significativa contribuição de ex-moradores urbanos. Essas questões resultam num cenário que deverá modificar o planejamento das habitações e para tanto, este trabalho tem o objetivo de analisar a adequação dos modelos de habitação rural ao perfil de seus moradores, tendo como estudo de caso a Comunidade 3/MST, do Assentamento Rural Santa Mônica, em Terenos/MS, de ocupação recente. A partir da realização de um levantamento do perfil sócio-econômico, mapeamento das expectativas pré-construção e pós-ocupação das habitações básicas foram obtidos dados acerca da sua origem, aspectos favoráveis das casas habitadas no passado, os “barracos” provisórios e as casas construídas. Os dados obtidos mostram que o acréscimo de área interna e a varanda (em relação à habitação urbana) ainda não são suficientes para atender às necessidades apontadas pelos moradores, que na maioria, planejam a construção de uma cozinha caipira, um banheiro externo, área de serviço e uma varanda maior. A observação da distribuição de ambientes dos “barracos” provisórios permitiu verificar que sala e cozinha interna não são consideradas ambientes essenciais. Nas casas já construídas no Assentamento, verificou-se que esse comportamento de uso acaba se reproduzindo, criando espaços ociosos na sala e a duplicação do espaço de cozinha, o que permite questionar a real necessidade desses espaços na unidade básica e as prioridades de construção.

Palavras-chave: habitação rural, assentamentos rurais, campesinato.

1 O MODO DE VIDA DO CAMPESSINO E A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL RURAL ATUAL

A compreensão da vida no meio rural envolve o entendimento não só do morador, como também deste em conjunto com o meio no qual está inserido. Se este está inserido num assentamento, é preciso considerar também que a sua identidade é moldada pela memória das lutas passadas, da vida em acampamentos, experiências vividas em grupo e tradições que compõem a sua trajetória até o assentamento (PENA¹ apud MENEGAT, 2008).

Desmarais apud Girardi (2008) aponta as seguintes características para o campesinato, entre outras:

- Independência: Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; maior autosuficiência individual e da comunidade; ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
- Harmonia com a natureza: o ser humano é parte e dependente da natureza; a natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem.
- Abdicação: consumo sustentável, estilo de vida mais simples; acesso equitativo a necessidades básicas.

A própria noção de espaço, no campesinato, relaciona o espaço geográfico com as relações sociais nele representadas (LEFEBVRE² apud GIRARDI 2008, p. 29). O lugar (o lote como um todo) é entendido como um produto social, não se restringindo à habitação ou ao seu entorno imediato. A produção agrária bem sucedida nesse espaço refletirá o sucesso da família rural e, na escala ampliada, o assentamento passa a ser o produto social da coletividade do assentamento e que será mostrado para a sociedade.

A campesinidade pode ser entendida como o modo de vida que estabelece em um único lugar o tempo, o espaço de produção e de convívio familiar - a noção de casa-quintal-trabalho (WOORTMANN³ apud MENEGAT, 2008, p. 232).

Esse modo de vida vem sendo influenciado pelas interferências da cidade e pela própria mudança de perfil das famílias assentadas na última década. Desprovidos de qualificação e estudo, são famílias que saem da cidade e procuram sobrevivência no campo, porém, não são naturalmente agricultores. Assim, há uma tendência das famílias rurais se tornarem menos agrícolas e em algumas regiões, pluriativas, pela dificuldade de iniciar uma lavoura produtiva ou para a complementação de renda da família.

A diversificação é a estratégia para garantir a manutenção da família no meio rural e preservar a exploração agrícola (NASCIMENTO, 2004, p. 274), evitando o retorno para a cidade. Num conjunto de assentamentos de Minas Gerais, analisou-se que pouco mais de 20% dos seus moradores vivem apenas da renda gerada com a produção do seu lote e a maioria conta com a complementação proporcionada pelos serviços informais e aposentadoria de algum membro da família (ALVES FILHO; SALCIDES; DEL PUPPO, 2007).

As atividades acrescidas no sustento, em geral, não requerem qualificação e frequentemente são informais, como domésticas, diaristas em lavouras de terceiros ou construção civil. Menegat (2008), ao analisar as novas atividades desempenhadas pelas mulheres no Assentamento Taquaral, observa que o assalariamento urbano ocorre nos assentamentos próximos de centros urbanos e que o trabalho doméstico, apesar de ser cotidiano para as mulheres desde a infância, como forma de trabalho, é visto como inferior ao de trabalhadora rural. Além disso, evidencia a falta de dinamismo do assentamento para a geração de outras oportunidades de trabalho.

Nessa pluralidade, há pressão dos movimentos de luta pela terra para que a base geradora principal seja a lavoura, como um critério para justificar a permanência da família no lote. Entende-se assim que, à medida que os assentamentos se consolidam, é esperada uma redução gradativa das atividades não vinculadas à produção agrária e a formação de mais trabalhos em parceria, como uma estratégia para aumentar a competitividade dos pequenos produtores.

¹PENA, M. O que faz ser nordestino. São Paulo: Cortez, 1992.

²1992 [1974]

³WOORTMANN, K. Com parente não se negueja: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

Entretanto, nos assentamentos de ocupação recente os trabalhos coletivos entre famílias são pouco aceitos, dadas as diferentes origens das famílias e o histórico de conflitos, sendo restritos às relações entre parentes. Prevaecem no primeiro momento do assentamento, o projeto da família e as estratégias de permanência no lote sobre os outros projetos (FARIAS, 2008, p. 178), sendo essas as causas da dificuldade de adesão às propostas de trabalho coletivo oferecido pelas assessorias. Essa prioridade e falta de confiança entre as famílias retarda a mudança de cenário, uma vez que todos os investimentos serão individuais e os resultados, pequenos (o que, por sua vez, os obriga a buscar a complementação de renda fora dos assentamentos).

Essas questões também são pertinentes na discussão sobre as melhores formas de produzir a habitação social no meio rural. Existem questões estruturais e organizacionais que precisam ser analisadas.

As distâncias de transporte e as condições das estradas, dado o formato mais comum dos assentamentos (lotes com produção e habitação agregados, de 7 hectares, em média e em grande quantidade - centenas de unidades), particularmente no Estado de Mato Grosso do Sul, são um fator complicador na negociação de preços dos produtos industrializados. O acréscimo de distância, comparado com a cidade, e a piora das condições de rodagem são compensadas somente pelos ganhos financeiros do aumento na escala da produção e comercialização.

Essa questão tem reflexos na necessidade de centralização das negociações para garantir o atendimento à meta de preço de produtos e serviços por habitação, reduzindo drasticamente a autonomia e a liberdade de escolha de produtos e projetos, resultando em unidades idênticas, tal como ocorre na produção urbana. Isso suscita a busca de formas alternativas de produção de materiais de construção, visando a redução de custos e maior margem para a inserção de produtos à escolha do morador. Apesar disso, nos moldes atuais (construção convencional, com materiais industrializados, produzido por mutirão), a centralização tem sido um meio de viabilizar maior controle do processo de construção e a garantia da finalização das unidades.

O mutirão, modo de produção das casas adotado nos assentamentos rurais, não é o ideal, dados os conflitos inerentes a esse modo de produção - baixa qualidade da produção, desperdícios, dupla jornada de trabalho e modificações de projeto durante a obra - mas a política de produção de habitação social rural, comparada com o cenário de duas décadas atrás, tem sido modificada. Os recursos disponibilizados para a construção da unidade habitacional passaram de R\$ 2.500,00 (até 2004) para R\$ 15.000,00 (em 2010).

Reduzir a dependência da produção da cidade é uma condição para a formação de um conjunto de valores para a área rural, reconhecendo as potencialidades que a diversidade das áreas rurais proporciona, seja em relação aos materiais, às diferenças entre grupos, relevo e produção agrária. É uma estratégia que pode contribuir para agregar mais sustentabilidade e ajudar a criar um modelo de produção próprio, sem a necessidade de importar os padrões urbanos de planejamento, projeto e produção.

2 OBJETIVOS

O contexto apresentado mostra a lacuna de uma política de produção de habitação social rural que considere as peculiaridades do meio e que a produção da habitação está diretamente relacionada ao modo de produção rural e deve, por isso se adequar a ela.

Assim, visando a criação de bases sólidas para o desenvolvimento de uma compreensão sobre a questão, este trabalho tem o **objetivo geral** de analisar a adequação dos modelos de habitação rural ao perfil de seus moradores, tendo como estudo de caso a Comunidade 3/MST, do Assentamento Rural Santa Mônica, em Terenos/MS, de ocupação recente. Os **objetivos específicos** buscam (1) a compreensão das peculiaridades da vida rural e (2) a análise dos desejos não atendidos das famílias sobre a habitação.

3 MÉTODO

Os assentamentos em Mato Grosso do Sul totalizam 182 projetos, sendo 174 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), (29.894 famílias beneficiadas, em 660.890,40 hectares) e 8 do IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), do Governo do Estado

(694 famílias beneficiadas) (INCRA b, 2010). Os projetos foram iniciados em 1984 e atualmente 3 estão emancipados e 24 consolidados.

O Assentamento Santa Mônica, criado em 2005, tem 715 famílias assentadas, divididas em 3 grupos:

- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST): 166 famílias. Cada grupo de 10 famílias aproximadamente forma um núcleo de base e cada 5 núcleos de base formam uma comunidade. O Grupo do MST tem 3 comunidades;
- Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI): 461 famílias. As famílias são organizadas em 21 grupos.
- Central Única dos Trabalhadores (CUT): 88 famílias. As famílias são organizadas em 2 grupos, de 44 famílias cada.

Definiu-se que os dados a serem obtidos sobre as famílias envolveriam informações objetivas e subjetivas. Nas habitações a construir: dados da família (quantidade de pessoas, idade, grau de parentesco); origem (meio rural ou meio urbano), trabalhos anteriores; desejos em relação à casa a construir. Se há habitações construídas: hábitos de uso da casa (frequência de uso dos ambientes, mobiliário, atividades); organização do lote (acessos, produção e moradia); descontentamentos, desejos e necessidades de ampliação (materiais, conforto, espaços).

As informações objetivas foram obtidas com a coordenação do MST, além dos órgãos INCRA e AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural). Para a captação das informações subjetivas, foi determinado o formato de entrevistas semi-estruturadas com aplicação de um roteiro de perguntas. Para a elaboração desse roteiro foram feitas entrevistas-piloto no Assentamento Santa Mônica, com 23 famílias, dos 3 grupos (MST, CUT e FETAGRI).

Dada a quantidade de famílias e o formato definido para a obtenção dos dados, determinou-se que o universo da pesquisa subjetiva ficaria restrito à Comunidade 3/MST, composto por 54 famílias. Desse grupo, tem-se a seguinte configuração na produção das habitações:

Quadro 1. Situação atual da produção de habitações no Assentamento Rural Santa Mônica, Terenos/MS.

Comunidade 3/MST (54 habitações)	
INCRA + FGTS/CAIXA + Kit AGEHAB	INCRA + Kit AGEHAB ⁴
1ª etapa: 22 concluídas	3 em andamento
2ª etapa: 22 em andamento	

*7 famílias não estavam presentes no lote no período da entrevista

A origem dos recursos para a construção das casas é múltipla, envolvendo parcela do INCRA, FGTS/CEF e uma contrapartida do Governo do Estado, em materiais (kit AGEHAB):

- INCRA (R\$ 7.000,00)⁵ + FGTS/CAIXA (R\$ 5.221,73) + Kit AGEHAB (R\$ 1.200,00) – casas de 71,03m²;
- INCRA (R\$ 7.000,00) + Kit AGEHAB (R\$ 1.200,00) – casas de 50,08m² (para aqueles que já receberam recursos financeiros para habitação do Governo Federal na área urbana ou apresentam alguma pendência).

As entrevistas foram feitas durante 2 dias, com visitas em cada lote. Das 54 famílias, foram entrevistadas 47, e 7 não foram entrevistadas porque não estavam presentes no lote no momento da entrevista. Foram coletados os dados de famílias que já concluíram a execução e ocupam suas habitações (22) e de famílias que estão no processo de construção e que ainda residem em barracos improvisados (25). Os dados obtidos nas entrevistas, somados às questões apontadas pelo MST e INCRA foram analisados para a geração de diretrizes para a elaboração de projetos. E estes embasaram a elaboração de ensaios sobre modelos alternativos de habitação.

Optou-se por não registrar os nomes das pessoas entrevistadas, para preservar a identidade dos mesmos. Buscou-se reproduzir as falas de forma literal, utilizando-se reticências para indicar as pausas da fala.

⁴ O Kit AGEHAB (Agência Popular de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul) é uma contrapartida do Governo do Estado em materiais, compreendendo janelas, portas e equipamento sanitário no valor de R\$1.200,00.

⁵ Recentemente, o recurso INCRA destinado à construção das habitações foi aumentado, passando a ser de R\$ 15.000,00 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010a), valor que inclui o pagamento de compra de materiais de construção, ajuda de custo para mão-de-obra, remuneração para acompanhamento de obra e associação.

4 RESULTADOS: A REPRODUÇÃO DE MODELOS URBANOS NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO RURAL

A escolha dos modelos de habitação foi feita pelos moradores, mas não se tratou de um processo participativo de projeto. As escolhas foram feitas sobre modelos pré-concebidos, definidos pela assessoria técnica contratada. Os 2 modelos escolhidos pela Comunidade 3/MST do Assentamento Santa Mônica diferenciam-se pela área, quantidade de quartos, disposição interna dos ambientes e varanda.

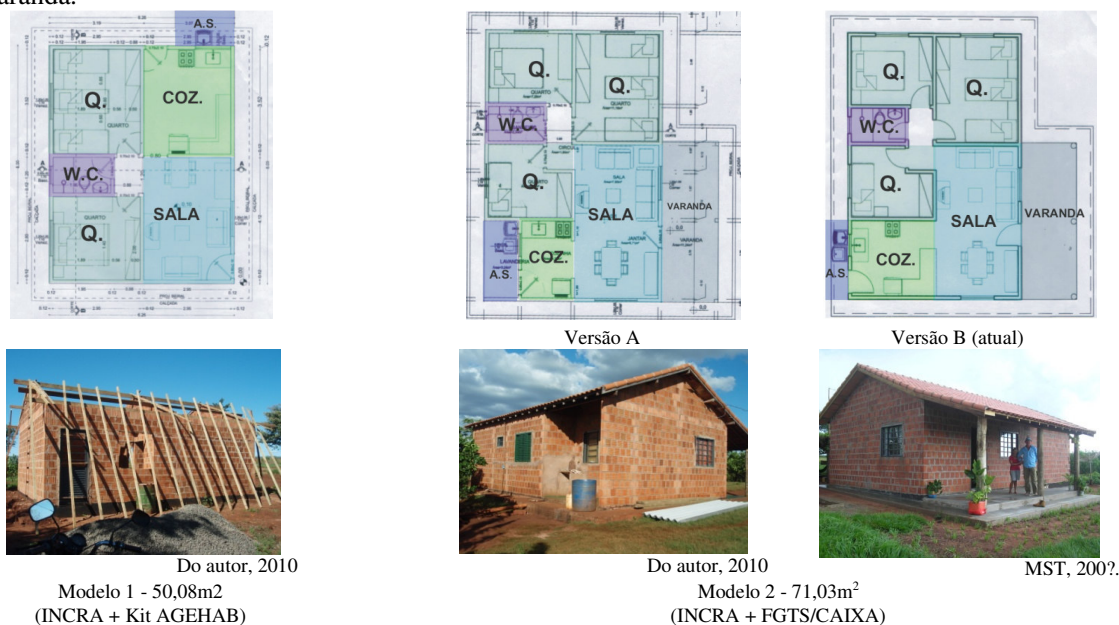


Figura 1. Modelos das habitações do MST produzidas na Comunidade 3/MST, do Assentamento Santa Mônica (SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, s.d.).

A modificação da versão A para B do Modelo 2 (cozinha e área de serviço), foi feita atendendo aos pedidos das famílias, que preferiram executar a área de serviço posteriormente à construção da habitação a ter uma cozinha com espaço reduzido. Os modelos de habitação utilizados pela FETAGRI e CUT seguem princípios semelhantes no projeto e apresentam problemas similares (área de serviço reduzida ou improvisada, varanda que não cumpre a função de proteção contra as intempéries).

O ambientes e a distribuição interna dos projetos dessas unidades, apesar das diferenças do público-alvo rural, remetem aos projetos de habitações desenvolvidos para as áreas urbanas. A área interna é semelhante, sendo maior nas propostas rurais, que têm um quarto a mais (Figura 2).

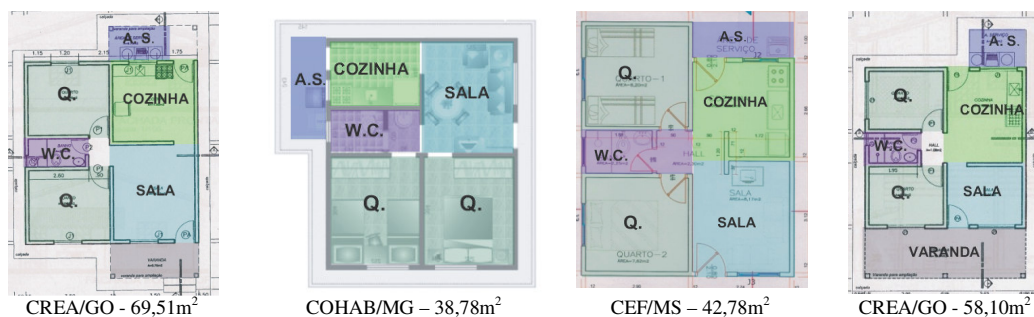


Figura 2. Plantas de projetos de habitação social urbana (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA/GO, s.d.; COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, s.d.; COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, s.d.)

Admitem-se as seguintes situações que podem ter influenciado nessa similaridade: (a) falta de diretrizes para uma política pública de habitação rural; (b) parceria inicial com a AGEHAB, que tradicionalmente atua na abordagem urbana, quando o Movimento ainda não havia estruturado uma assessoria específica; (c) falta de repertório sobre o modo de vida rural na elaboração dos projetos; (d)

influência dos hábitos de vida urbanos e das preferências de materiais de construção das famílias mais urbanizadas nos desejos sobre a habitação; (e) recursos limitados para construção das habitações e imposição dos órgãos financiadores pela utilização de materiais e sistemas construtivos convencionais.

Atualmente, o projeto da habitação rural contempla algumas variações, mas a abrangência dessas mudanças é pequena. Em geral, as modificações se restringem à forma, com a incorporação do terceiro quarto e varanda, mas ainda não contemplam questões mais profundas baseadas na vida do camponês.

4.1 A identificação do perfil dos moradores dos assentamentos rurais

Entrevistas realizadas com técnicos do INCRA e MST evidenciam que o perfil do assentado rural tem sido modificado, tornando-se cada vez mais urbanizado. Isso é entendido como um reflexo das facilidades criadas no meio rural para fixar as famílias (financiamentos para produção agrícola, habitação, capacitação, educação) e das dificuldades enfrentadas no meio urbano, onde o assalariamento é condição para a manutenção da família. No meio rural, mesmo sem salários, a possibilidade de trocas (trabalho-produto ou produto-produto) entre famílias permite uma condição de vida melhor (LUCCA, 2009; VIEIRA, 2010).

Os PDAs (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) de 5 assentamentos do Estado mostram que pelo menos metade dos moradores (53%) tem origem no próprio Estado e o restante de outros 15 a 17 estados (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f; INCRA, 2010c). Não são mostradas informações sobre a origem urbana ou rural, mas estima-se que nos assentamentos próximos de grandes áreas urbanas, o perfil do assentado será mais urbanizado, pois o MST busca alocar famílias próximas da sua origem (SANTOS, 2010). Nos assentamentos do Sul do Estado, o perfil predominante é de agricultores e na região Oeste, são assentadas famílias cuja atividade era o trato com animais na pecuária.

Os assentados do Grupo MST (Comunidades 1 a 3), que totalizam 166 famílias, são originários de 15 estados, sendo que 60,8% (101 famílias) são de Mato Grosso do Sul, seguido por 14,46% (24 famílias) do Paraná e o restante dos outros estados. Especificamente na Comunidade 3, a distribuição é similar: os assentados são procedentes de 8 estados, sendo 62,96% (34 famílias) de Mato Grosso do Sul, 18,52% do Paraná e 18,52% dos outros estados.

Na Comunidade 3/MST do Assentamento Santa Mônica, 43% (20 famílias) declararam que têm origem na área rural, viveram em áreas urbanas por um período que corresponde, em média, a 20,9% da vida dos entrevistados e agora retornam para a área rural. Cerca de 21% (10 famílias) são de áreas urbanas e, pela falta de oportunidades, saíram da cidade com pouca ou nenhuma experiência com atividades agropecuárias de pequeno porte. Essa característica, aliada aos fatos do Assentamento ser recente (criado em dezembro de 2005) e do financiamento da produção ainda não ter sido disponibilizado, são as prováveis razões para que os lotes se encontrem subaproveitados, com famílias pluriativas (lavoura e outras atividades) para garantirem o seu sustento.

A maioria dos homens entrevistados apontou a atividade agrícola como principal fonte de renda, com participação dos demais membros da família e, nessa Comunidade ainda se destaca a quantidade de famílias com atividades não agrícolas como fonte de renda. As famílias com trajetória mais urbanizada reconhecem que uma das dificuldades da mudança da cidade para o campo é a garantia da remuneração: “aqui é mais difícil [...] um dia vende, outro não [...] a gente dá duro e vende por muito pouco [...], precisa fazer diária, bico”; “na cidade é mais fácil pra quem tem um emprego, porque o salário é fixo”.

O Assentamento Santa Mônica apresenta diferentes perfis entre as famílias analisadas, dos mais urbanizados até aqueles que mantêm a essência da camponêsidade. As famílias têm, em média, 4 pessoas, seguindo uma configuração nuclear (pai, mãe e 2 filhos), seguido da configuração monoparental (pai ou mãe, 1 a 5 filhos).

A noção da família como equipe de trabalho (“[...] aqui todo mundo trabalha [...] essa mesma equipe aqui [...] isso aqui pra mim é tudo o que eu quero da vida [...]”) foi percebida na fala de 41% dos entrevistados (17 famílias), sendo visível a repercussão dessa postura no grau de desenvolvimento do lote, independentemente do tempo de permanência no lugar.

As famílias que trabalham com a lavoura passam praticamente todo o dia na área externa, utilizando a habitação somente para as refeições e à noite: “[...] a gente passa mais fora de casa [...] dentro de casa

é mais a sogra, mas sobrou um tempinho ela [es]tá junto [...] mas o dia a dia nosso é fora de casa [...] circulando aqui dentro (do lote) [...] mexe numa coisa aqui, planta uma muda ali [...]”. As famílias em geral, aprenderam a lidar com a lavoura na infância, com conhecimento transmitido pelos pais. Ainda assim, alguns moradores afirmaram a importância de cursos de aperfeiçoamento para melhorar o rendimento e atualização do conhecimento.

A estabilização da família no lote (nível de sucesso) demanda recursos e aporte de conhecimento, além da própria vontade da família. Há famílias que saem da periferia das áreas urbanas e que chegam ao lote sem recurso algum, enquanto outros vêm de assentamentos onde os pais são assentados e já conhecem a atividade de agricultura. O trabalho colaborativo e cooperativo entre essas famílias de origens diversas seria natural, mas observa-se que a organização das famílias durou enquanto estavam acampados. Entretanto, com o processo de assentamento, essa organização foi desagregada, pela ocorrência de variados problemas e falta de soluções imediatas. Não há discussão para a tomada de decisões em conjunto, sendo perceptível a manipulação de informações e decisões contrárias aos anseios da maioria (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL, 2009f; SANTOS; G. S., 2010).

Na avaliação da motivação para o trabalho coletivo, seja para viabilizar a produção agrária ou para a construção da habitação, as famílias dessa Comunidade se mostraram dispostas a participar, apresentando noções diferentes de participação: “o mutirão é uma coisa voluntária e aí, sempre tem um ou outro que não aparece [...] mas nas casas é uma troca, é diferente: se um não aparece, quando chegar a sua vez, os outros também não vão aparecer”.

Num assentamento recente, os vínculos são frágeis e as “velhas solidariedades”, que se davam antigamente pela proximidade, nas residências, vizinhanças, família e trabalho, são diferentes hoje, pela influência da globalização e individualismo (MELUCCI, 2001⁶ apud ALVES FILHO; SALCIDES; DEL PUPPO, 2008). O autor fala da “deslocalização”, com novas raízes, não comunitárias, e mais individuais. A nova solidariedade, mais difícil de identificar, “é uma espécie de luta pela vida, em que cada um procura as soluções para seu caso”. É baseada em fenômenos mais recentes, como as preocupações ambientais. Entende-se que para a velha solidariedade, a relação de confiança se constrói gradativamente, demandando tempo para que se consolide.

4.2 Os desejos não atendidos dos moradores para a construção e ampliação

A comparação do cenário atual com o de uma década atrás mostra que a produção de habitação rural está melhor, pela organização e pela disponibilidade de mais recursos por unidade. Por outro lado, são perceptíveis questões caracteristicamente urbanas, como a repetição de um único modelo e a conseqüente frustração pelos desejos não atingidos.

Os desejos das famílias não desvinculam a casa do lote, sendo enfatizada a vontade de aumentar a diversificação das atividades agrícolas (criação de gado de leite, construção de paiol e galpão, irrigação para lavoura e leiteira), aumento de espaços para o lazer da família (piscina, churrasqueira, campo de futebol) e aumento do espaço interno da casa (suítes, cozinha, banheiro) e itens de conforto (ar condicionado e lareira). Os sonhos nem sempre se relacionam com algo material, podendo ser uma sensação ou algo imaterial (fartura de alimentos, garantia da sobrevivência, aumento da produtividade) e são também indicadores da “casa ideal” e que nem sempre são externalizados na concepção do projeto. Revelam as sensações que se buscam obter nos ambientes e que, eventualmente, podem ser captados na elaboração do projeto.

Para as casas já construídas, as prioridades de intervenção são: construir cozinha caipira, interligada com a habitação pela varanda; cobrir área de serviço e ampliar a varanda existente e construir nova varanda. Cerca de 43% dos entrevistados apontaram as 3 ações como prioridades, 25% atentaram para o conjunto cozinha caipira e varanda e 18% somente varanda.

Fogão à lenha: A sua valorização retrata o estilo de vida mais simples das famílias camponesas (“meus pais sempre tiveram, meus avós também [...] é bom pra sentar em volta e botar a conversa em dia [...] e no inverno pra aquecer a casa”; “[...] eu tenho fogão de gás, mas muito pouco eu uso”; “a comida fica melhor”). Apesar desse desejo, as famílias, ao aceitarem as propostas da assessoria técnica, optaram por construir uma cozinha “convencional” (pequena), optando pela construção

⁶ MELUCCI, A. A Invenção do Presente. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

posterior da cozinha com fogão à lenha (cozinha caipira), em um ambiente à parte (devido à emissão de fumaça). Porém, isso resultará numa sobreposição de funções, que deveria ser evitada, em virtude da escassez de recursos. Mas essa divisão é tão clara nos hábitos de vida do campesino que há dúvidas se um projeto adequado de fogão à lenha, que emite menos fumaça seria suficiente para que as famílias aceitem uma cozinha única.

Varanda: Na casa-quintal-trabalho, esse é o espaço da casa utilizado ao longo do dia, que abriga as refeições, o convívio familiar e a recepção das visitas, sem que seja necessário trocar a roupa de trabalho, contribuindo para manter limpo o interior da casa. Todos os entrevistados mostraram descontentamento com o tamanho da varanda, porque é o lugar onde a família se reúne, para conversar e até mesmo para as refeições. Uma moradora, quando indagada sobre o local da casa onde a família se reunia, responde: “aqui fora. Aqui na varanda, nós janta(mos) aqui mesmo. É mais fresco, é bem mais fresco”. As reclamações se referem à sua ausência (no Modelo 1) e às dimensões reduzidas em planta (no Modelo 2: $2 \times 5,62\text{m} = 11,24\text{m}^2$), que proporciona pouca barreira ao vento, sol e chuvas. O projeto de reforma desejado pelas famílias aumenta a área para 19m^2 , pelo menos (ampliação) ou novas varandas, formando desenhos em “L” ou “U”.

Quartos: a maioria das habitações (85%) tem até 4 habitantes, o que não torna necessária a ampliação de quantidade de quartos. Os quartos das casas visitadas estavam, em parte, subutilizadas por ser mais do que o necessário para a quantidade de filhos ou pelo seu tamanho reduzido: “[...] tem um que é mais pequeninho, porque põe uma cama de casal aí ocupa muito espaço, põe duas de solteiro aí fica aquela coisa. Então, se eu pudesse eu aumentaria ela”.

Área de serviço: esses espaços são subdimensionados nos projetos arquitetônicos, quando não são improvisados. O tamanho é insuficiente para acomodar os eletrodomésticos e o serviço em si, não havendo cobertura em alguns dos projetos. O entendimento da assessoria é de que a área de serviço pode ser construída pela família posteriormente.

Banheiro externo: As justificativas apontadas para a necessidade de um banheiro externo variam: para conservar a limpeza da área interna da habitação, para dar apoio aos que trabalham na lavoura e para atender os visitantes.

Alguns moradores (6,4%) se mostraram altamente satisfeitos com a habitação construída, superando suas expectativas iniciais. Essa satisfação pode ser influenciada pela priorização da produção agrícola (a atividade geradora de renda) em relação à habitação.

5 CONSIDERAÇÕES E DIRETRIZES PARA O PROJETO DE HABITAÇÃO SOCIAL RURAL

A análise dos problemas apontados pelas famílias e as questões apresentadas pelos movimentos e o INCRA apontam para as seguintes diretrizes para a elaboração de projetos de habitação social rural, que atendem aos anseios da Comunidade 3/MST, do Assentamento Santa Mônica:

- Os ambientes internos da habitação, principalmente a sala, são pouco utilizados durante o dia, podendo ser mínimos. É o caso de se analisar a prioridade da sala em relação à cozinha caipira, na construção da casa-embrião. Os barracos podem ser uma fonte de consulta dos hábitos da família. São abrigos, elaborados para atender minimamente as necessidades de seus membros e muitos suprimem os ambientes menos importantes;
- Considerar a varanda como o principal espaço de convívio da família, devendo ter tamanho e espacialidade suficientes para a realização de refeições e reuniões, protegido da insolação direta, ventos e chuvas;
- O fogão à lenha é estratégico para a configuração da casa rural. A cultura popular ainda o associa a um espaço independente do corpo da casa, o que pode ser contestado com a construção de sistemas eficientes de exaustão;
- O primeiro banheiro da habitação será mais útil a todos os tipos de usuários se estiver facilmente acessível pela parte externa;
- Materiais alternativos ou locais são recursos a serem estudados para a redução de custos, aumento de área construída e realização de mais etapas de acabamento. Necessariamente, a capacitação precisa ser pensada em conjunto para que a aceitação inicial ocorra e para que reformas e ampliações possam ser conduzidas pelo próprio morador, de forma correta.

Paralelamente, há problemas apontados por técnicos do INCRA e MST sobre a produção das habitações e que são obstáculos para a introdução de ações para aumentar a autonomia da produção de habitação social rural: (a) alteração do projeto feita pelo próprio morador, que, em alguns casos, aumenta o custo e dificulta o término da obra. Entende-se que essa dificuldade é gerada porque os projetos são elaborados para atender a grupos muito grandes de famílias, e que, consequentemente não contemplam plenamente aos anseios de todos; (b) dificuldade de acesso ao Assentamento e aos lotes (estradas não pavimentadas) para distribuição dos materiais. Resulta em perdas de materiais, riscos de danos aos veículos, aumento do custo dos materiais. A época chuvosa é crítica, havendo interrupção nas entregas, gerando atrasos no cronograma; (c) o trabalho em mutirão é caracteristicamente problemático porque resulta em baixa qualidade da produção, desperdício pela falta de capacitação da mão-de-obra e dificuldade de conciliação com as atividades da lavoura em determinadas épocas; (d) comercialização dos materiais de construção; (e) moradores que não residem no lote e não estão presentes para assinar o recibo na entrega de materiais.

Esses problemas geram um sentimento de desconfiança e atraso do processo idealizado pelas famílias, causando dificuldade para implementar novas alternativas. Por outro lado, percebe-se a necessidade de novas propostas a serem apresentadas pelos mediadores na busca de um consenso diante dessa complexa realidade social.

A geração de condições para dar mais autonomia aos assentamentos é um caminho para descentralizar essa produção e que está relacionado aos princípios de sustentabilidade na construção civil. Algumas dessas estratégias vêm sendo praticadas pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS), da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (INO; SHIMBO, 2007). O estudo de materiais alternativos e de recursos locais para a produção de materiais de construção, de formas criativas para incrementar a participação dos moradores no processo de tomada de decisão, de formas de capacitar as pessoas nos processos relacionados à essa produção, são algumas experimentações do HABIS para aumentar a autonomia de famílias assentadas.

Um ensaio sobre o emprego dessas diretrizes resultou na Figura 3. O projeto é uma casa-embrião, embasada em um dos barracos visitados durante a realização da pesquisa e foi projetada para atender minimamente às necessidades de uma família rural, com 4 membros. É formada por 2 blocos, separados por uma área coberta, para tornar-se a varanda. Posteriormente, com a realização de reformas, pode tornar-se a sala. Os materiais cogitados para a produção dessa unidade são a terra crua (taipa de pilão) e madeiras de plantios florestais.

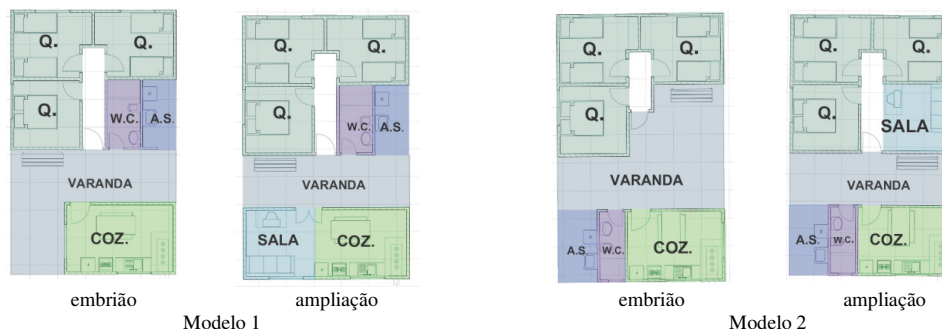


Figura 3. Ensaios sobre a disposição de ambientes em planta para um projeto de habitação rural – 80m².

As análises apresentadas denotam a oportunidade de repensar o modelo da produção de habitação social como um todo, extrapolando o projeto arquitetônico das habitações ou mesmo o projeto do lote. A visão global deve abranger a campesinidade, o seu modo de operação, as questões logísticas, os recursos naturais locais e suas formas de extração e produção e tornar-se, por si só, uma estratégia de reconexão entre o morador e o sítio onde está assentado.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Avaré**. Campo Grande: AGRAER, 2009a. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eldorado I (Associações João Batista e APAGE)**. Campo Grande: AGRAER, 2009b. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eldorado II COAF**. Campo Grande: AGRAER, 2009 c. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Lagoa Azul**. Campo Grande: AGRAER, 2009 d. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mateira**. Campo Grande: AGRAER, 2009 e. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santa Mônica (CUT – FETAGRI)**. Campo Grande: AGRAER, 2009 f. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

ALVES FILHO, E.; SALCIDES, A.; DEL PUPPO, G. E a luta continua: após conquista da terra, assentados de minas gerais reivindicam mais apoio e infraestrutura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., Rio Branco. Anais eletrônicos... Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/188.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2010.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Obras**. Disponível em: <http://www.cohab.mg.gov.br/show.php?idnoticia=87>. Acesso em: 16 fev. 2010.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA/GO. **Programa casa própria**. Engenharia e Arquitetura Públicas. Goiânia, s.d. [Projeto padrão 5 e 7].

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí-MS: o assentamento como lugar de reconstrução do modo de vida**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão Multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. P. 231-231.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Universidade Estadual Paulista. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, 2008.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Casa de alvenaria com divisória de madeira. Disponível em: http://www.cohab.sc.gov.br/programa/Projeto%20psh/Projeto%2030.00%20m%C2%B2%20Alvenaria_Mista/Planta%20Baixa%20-%2030.00%20m2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2010.

INO, A., SHIMBO, I. (coord.) **Caderno amarelo - o encontro de famílias e assessores**: organizando grupos para projetos de habitação rural. Brasília: CAIXA, 2007. Coleção Cadernos Inovarural. Caderno Amarelo.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Crédito Instalação**. 2010a. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=70. Acesso em: 14 mai 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS**. Campo Grande: INCRA, 2010b. 8f.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de beneficiários – PA Santa Mônica – MST**. Campo Grande: INCRA, 2010c. 11f.

LUCCA, P. Dados da produção de habitação social rural no Estado de Mato Grosso do Sul. [set. 2009]. Entrevistadores: A. N. Yuba, Rezende, T. M. T. e Coletti, M. N. B. F. Campo Grande: INCRA/MS. 2009. Entrevista concedida aos projetos de Iniciação Científica.

MENEGAT, Alzira Salete. **Mulheres Assentadas e suas lutas**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão Multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. P. 231-231.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa nacional de construção de moradias em assentamentos de reforma agrária: construção de 3.207 moradias em assentamentos do MST/MS. 2007.

NASCIMENTO, C. A. Evolução das famílias rurais do Brasil os anos 90: pluriatividade e serviço doméstico remunerado. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.) **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais. Brasília: Embrapa, 2004. Vol. 6. [Capítulo 8]

SANTOS, R. L. Dados da produção de habitação social rural do MST no Assentamento Santa Mônica. [mai. 2010]. Entrevistadores: A. N. Yuba, Rezende, T. M. T. Campo Grande: INCRA/MS. 2010. Entrevista concedida aos projetos de Iniciação Científica.

SANTOS, G. S. Dados da produção de habitação social rural no Estado de Mato Grosso do Sul. [maio. 2010]. Entrevistadores: A. N. Yuba, Rezende, T. M. T. e Coletti, M. N. B. F. Campo Grande: Assentamento Rural Santa Mônica/2010. Entrevista concedida aos projetos de Iniciação Científica.

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL a. **Casa evolutiva 2q.50,08** – Planta baixa. s. d. Projeto arquitetônico.

_____. b. **Casa evolutiva 3q.71** – Planta baixa. s. d. Projeto arquitetônico.

_____. c. **Casa evolutiva 3q.71** – Planta baixa. s. d. Projeto arquitetônico.

VIEIRA, M. F. Dados sobre a habitação e vida em assentamentos rurais. [abr. 2010]. Entrevistadores: A. N. Yuba, Rezende, T. M. T. e Coletti, M. N. B. F. Campo Grande: Assentamento Rural Santa Mônica/2010. Entrevista concedida aos projetos de Iniciação Científica.